



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO N° DE 2013  
(do Sr. Carlos Sampaio)

Solicita a realização de Audiência Pública com a presença do deputado estadual **Simão Pedro** (PT/SP) para esclarecer se existem conflitos de interesse no fato do atual presidente do CADE ser responsável por julgar uma denúncia feita pelo seu antigo chefe, o referido deputado.

Senhor Presidente:

Requeiro que Vossa Excelência, com fundamento no art. 58, §2º, V da Constituição Federal, combinado com o art. 24, VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias para realização de Audiência Pública com a presença do deputado estadual **Simão Pedro** (PT-SP) para esclarecer se existem, de fato, conflitos de interesse no fato do atual presidente do CADE ser responsável por julgar uma denúncia feita pelo seu antigo chefe, o referido deputado.

#### JUSTIFICAÇÃO

A audiência pública que ora se requer, visa a obter esclarecimentos necessários em relação à postura da mais alta autoridade no país no âmbito do combate aos crimes econômicos, o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Essa instituição é fundamental na prevenção e na investigação de ilícitos que podem vir a configurar crimes, como aqueles previstos no art. 4º, I e II, da Lei 8.137, de 1990, ou aqueles previstos na Lei 1.521, de 1951, notadamente em seu art. 2º, VIII e IX.

Esses crimes, como se sabe, são, muitas vezes, cometidos mediante a criação de elaboradas redes de associações com fins ilícitos, como no caso da formação de cartéis, incluindo-se, portanto, na categoria de



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

ilícitos praticados pelo crime organizado. Além disso, comumente esses crimes estão associados à lavagem de dinheiro.

Ora, tanto a investigação referente ao crime organizado quanto aquela relacionada à lavagem de dinheiro, são de competência desta comissão, conforme o art. 32, XVI, "b" e "e", do Regimento Interno desta Casa.

No dia 25 de setembro de 2013 emergiu a notícia (Anexo I) de que o presidente do CADE, Vinícius Marques de Carvalho, havia omitido informação sobre seus vínculos profissionais passados de seu currículo público apresentado ao Senado Federal quando de suas sucessivas postulações a cargos nos órgãos de combate aos crimes econômicos, notadamente o CADE.

A omissão foi tanto mais grave quanto ela se referia a compromissos partidários do então candidato ao cargo de conselheiro do CADE, o que é vedado pelo art. 8º, VI, da Lei 12.529, de 2011.

Esse fato motivou diversas manifestações sublinhando a gravidade dessa omissão, particularmente um requerimento para a instauração de procedimento disciplinar no âmbito da Comissão de Ética da Presidência da República contra o referido sr. Vinícius de Carvalho, além de uma representação à Procuradoria Geral da República para a abertura de investigação sobre o cometimento de diversos ilícitos, entre eles, a prática de ato de improbidade administrativa. Essas manifestações foram encaminhadas pelo subscritor deste requerimento.

Agora, veio ao nosso conhecimento que a referida Comissão de Ética da Presidência da República firmou precedente que pode se aplicar ao caso do presidente do CADE. Trata-se da recente recomendação de destituição do Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por omissão idêntica, senão mais grave, àquela praticada pelo atual presidente do CADE.

Efetivamente, segundo notícia veiculada em reportagem do jornal O Estado de São Paulo (Anexo II), no dia 03 de outubro de 2013, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República recomendou a destituição do Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, porquanto ele “omitiu do currículo público informação sobre ter trabalhado para a operadora de saúde Hapvida”. A notícia sobre a omissão curricular ilegal fora veiculada pelo mesmo jornal em reportagem do dia 03 de agosto de 2013 (Anexo III).

Ora, essa recomendação da Comissão de Ética Pública serve de precedente para a situação do sr. Vinícius de Carvalho, porquanto, tanto



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

lá, quanto aqui, tratou-se de omissão referente a conflitos de interesses no âmbito de órgãos de reforço da ordem jurídica e de prevenção a ilícitos vários, inclusive penais. A notícia reafirma o impacto negativo que essas omissões podem ter sobre a credibilidade e a atuação dessas entidades setoriais responsáveis pela prevenção de condutas ilícitas.

No âmbito de sua função de fiscalizar a forma como as entidades da Administração Pública comportam-se no desempenho de suas competências de imposição da ordem legal e de prevenção ao crime, principalmente, o organizado, esta Comissão tem obrigação de agir para esclarecer se a omissão do presidente do CADE, já de si preocupante, implica, também, a existência de conflito de interesses.

Nesse sentido, é fundamental que descubramos exatamente quais as funções o presidente do CADE desempenhava quando atuou como assessor do deputado estadual Simão Pedro, do PT de São Paulo. É que o deputado é, precisamente, o denunciante original do caso de crime de formação de cartel de empresas para fraudar o patrimônio público do Estado de São Paulo, que ganhou repercussão nacional por ocasião da assinatura de um acordo de leniência entre o CADE e executivo da Siemens, uma das envolvidas no crime.

Portanto, requeremos seja o deputado estadual Simão Pedro convidado a comparecer a esta Comissão para esclarecer fatos relativos à sua ligação com o atual presidente do CADE e as funções que ele desempenhava enquanto foi seu assessor, objetivando esclarecer se existem, de fato, conflitos de interesse no fato de que o atual presidente do CADE é responsável por julgar uma denúncia feita pelo seu antigo chefe.

Sala da Comissão, em 08 de outubro de 2013.

Deputado **CARLOS SAMPAIO**  
**PSDB/SP**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**ANEXO I**



# **Chefe do Cade omite ligação com denunciante de cartel dos trens**

**Presidente de órgão que investiga suspeitas envolvendo setor metroferroviário trabalhou para deputado que denunciou irregularidades, mas não incluiu informação em currículo**

25 de setembro de 2013 | 2h 12

Andreza Matais e Fábio Fabrini - O Estado de S. Paulo

BRASÍLIA - O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Vinícius Marques de Carvalho, omitiu em ao menos quatro currículos oficiais ter trabalhado para o deputado estadual Simão Pedro (PT), responsável por representações que apontavam suspeitas de formação de cartel, superfaturamento e pagamento de propina envolvendo contratos do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).



André Dusek/Estadão - 16.07.2013

Vinícius Marques de Carvalho foi chefe de gabinete de Simão Pedro

Documento da Assembleia Legislativa paulista registra a passagem de Carvalho pela chefia de gabinete de Simão Pedro entre 19 de março de 2003 e 29 de janeiro de 2004. O vínculo não consta de nenhum currículo oficial apresentado por ele desde 2008, quando passou a ocupar cargos no conselho. A omissão ocorreu, inclusive, quando ele viabilizou sua indicação à presidência do Cade pelo Senado em 2012. "Foi provavelmente um lapso", disse ao **Estado** o presidente do Cade.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Cade, órgão que regula a concorrência empresarial no País, fechou em maio deste ano um acordo de leniência com a Siemens, empresa alemã detentora de uma série de contratos com o governo paulista nas últimas décadas. Nesse acordo de leniência - em que a empresa assume irregularidades para amenizar sanções futuras -, a Siemens confessou a existência do cartel e disse que ele atuou nas gestões tucanas no Estado entre os anos de 1998 e 2008.

Assim que o conteúdo do acordo veio à tona, em julho deste ano, integrantes do governo Geraldo Alckmin (PSDB) acusaram o órgão federal de vazar informações de forma seletiva motivado por questões políticas.

Simão Pedro, que hoje ocupa o cargo de secretário de Serviços da gestão Fernando Haddad (PT) na capital paulista, afirmou que se trata de uma coincidência o fato de o caso Siemens, denunciado inicialmente por seu gabinete, emergir no Cade após seu antigo assessor ter assumido a presidência do órgão.

Em um documento enviado ao Senado pela então ministra da Casa Civil Erenice Guerra, em 2010, por exemplo, Carvalho lista suas "atividades profissionais" de fevereiro de 2002 a janeiro de 2003 e, na sequência, as de fevereiro de 2005 a fevereiro de 2006. Há um hiato justamente no período em que atuou para o deputado petista. Na ocasião, Carvalho era conselheiro do Cade e estava sendo reconduzido ao cargo. O currículo é detalhado, com nove páginas, elenca oito "atividades profissionais", mas silencia sobre a passagem pelo gabinete de Simão Pedro. Em 2012, a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, também encaminhou o currículo de Carvalho ao Senado. Ela apresentava seu nome para a presidência do Cade por quatro anos. A relação de "atividades profissionais" não mencionou, igualmente, sua passagem pela Assembleia Legislativa.

Os senadores aprovam as indicações para cargos públicos com base em sabatina e no currículo que recebem da Casa Civil. A única menção ao trabalho na Assembleia consta de documento enviado ao Senado em 2008, na primeira indicação de Carvalho para o conselho. Na ocasião, ele informou que foi chefe de gabinete na Assembleia, sem citar o deputado estadual petista.

Os dois históricos profissionais do site do Cade também omitem que Carvalho trabalhou para Simão Pedro.

O deputado apresentou verbalmente suspeitas de irregularidades nos contratos de trens ao Ministério Público paulista em 2010. A representação pedindo investigação foi protocolada meses depois, em fevereiro de 2011. Nela, o deputado mencionava carta de um ex-executivo da multinacional enviada à ombudsman da companhia, detalhando as irregularidades.

Em junho e dezembro de 2012 Simão Pedro fez mais denúncias ao Ministério Público apontando suspeitas na reforma de 96 trens das linhas 1 e 3 do Metrô, nas quais a Siemens atuou. Naquele mesmo ano, Carvalho



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

assumia a presidência do Cade. "Esse negócio da Siemens entrou no radar do Cade em 2012. Até chegar ao acordo de leniência, levou um tempo", disse o presidente do órgão.

**'Alento'.** A autodelação foi oficializada, enfim, em maio deste ano, o que detonou o escândalo. Nas palavras de Simão Pedro, foi "alento", já que as investigações não andavam no Ministério Público paulista. "Para minha sorte, (o caso) foi ao Cade. O Ministério Público sempre me disse que as provas que eu apresentei não eram suficientes para apresentar uma denúncia", disse o deputado.

Após o acordo de leniência vir à tona, o Ministério Público reativou 45 ações civis e abriu uma ação criminal para apurar as licitações dos governos tucanos e as suspeitas de pagamento de propina a agentes públicos.

O deputado estadual nega ter mantido contato com Carvalho durante seu período no Cade. Já Carvalho diz não aceitar "acusação de politização da investigação do cartel". "Se a empresa vem ao Cade, como o órgão pode ser acusado de estar politizando?", disse em 17 de agosto, numa reação às acusações dos integrantes do governo tucano segundo as quais o órgão estaria vazando informações de forma seletiva para atingir o PSDB.

<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,chefe-do-cade-omite-ligacao-com-denunciante-de-cartel-dos-trens,1078513,0.htm>

The screenshot shows a news article from Estadao.com.br. The title is "Chefe do Cade omite ligação com denunciante de cartel dos trens". The article discusses the president of the Cade (National Economic Defense Council) omitting his connection to a whistleblower in a news story. It includes a photo of the president and a sidebar for advertising BMW Serie 3 cars.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**ANEXO II**



# Diretor da ANS se demite após omitir dados em currículo

**ESTADÃO** conteúdo Em Brasília

03/10/2013 09h36

O diretor da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) Elano Figueiredo pediu exoneração do cargo nesta quinta-feira (3) após a Comissão de Ética Pública da Presidência da República recomendar sua destituição. O processo foi aberto com base em reportagem do jornal o Estado de S.Paulo que revelou, no dia 3 de agosto, um dia depois de ele tomar posse, que ele omitiu do currículo público a informação sobre ter trabalhado para a operadora de saúde Hapvida.

O currículo foi encaminhado pela Presidência da República ao Senado no processo de sabatina e é uma das referências dos senadores para avaliação do nome. A revelação do jornal provocou uma série de manifestações de órgãos de defesa do consumidor que pediram a saída de Elano. É a primeira vez que um diretor da ANS deixa o cargo sob questionamentos éticos.

O jornal também revelou que Elano assinou dezenas de ações em defesa da Hapvida, quando trabalhou para a empresa com carteira assinada, contra a ANS. Ele havia justificado que não incluiu o trabalho para a operadora porque apenas advogou para a empresa, mas o jornal revelou que ele foi diretor, com carteira assinada.

Em nota divulgada nesta quinta-feira, 3, Elano afirma que a decisão da Comissão de Ética foi "equivocada" e que não apontou conflito de interesse, mesmo assim pediu sua destituição. A comissão ainda não divulgou oficialmente sua determinação. O pedido de análise do caso pela comissão foi determinado pela presidente Dilma Rousseff logo após a revelação do fato pelo jornal O Estado de S. Paulo. A seguir, a nota do diretor:

Elano Rodrigues de Figueiredo, brasileiro, casado, inscrito no RG sob o n. 90001031045 - SSP/CE, com endereço atual na Av. Augusto Severo, 84, Bairro Glória, Rio de Janeiro/RJ, vem muito respeitosamente expor e requerer o seguinte:

1. Fui nomeado, por Vossa Excelência, Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, cargo no qual tomei posse em 02/08/2013.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

2. Na data de hoje, a Comissão de Ética dessa Digna Presidência da República entendeu, equivocadamente, que deveria recomendar a minha destituição do cargo em alusão, ainda que reconhecendo não haver conflito de interesses na minha situação.

3. Com isto, mesmo convicto de que não pratiquei nenhuma irregularidade, seja ética, moral ou legal, penso que o referido pronunciamento torna insustentável a continuidade do cumprimento do meu mandato.

4. Sirvo-me da presente, portanto, para agradecer a confiança depositada mas, diante do fato, renunciar ao mandato que me foi conferido por Vossa Excelência, pedindo que determine as providências legais cabíveis. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2013.

Elano Rodrigues de Figueiredo"

<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/10/03/diretor-da-ans-se-demite-apos-omitir-dados-em-curriculo.htm>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**ANEXO III**



# Omissão no currículo derruba diretor da ANS

**'Estado' revelou em 3 de agosto que Elano Figueiredo não informou trabalho formal para operadora de saúde**

03 de outubro de 2013 | 9h 27

Andreza Matais e Fábio Fabrini - O Estado de S. Paulo

BRASÍLIA - O diretor da ANS (Agência Nacional de Saúde), Elano Figueiredo, pediu exoneração do cargo nesta quinta-feira, 3, após a Comissão de Ética Pública da Presidência da República recomendar sua destituição. O processo foi aberto com base em reportagem do **Estado** que revelou no dia 3 de agosto, um dia depois de ele tomar posse, que ele omitiu do currículo público ter trabalhado para a operadora de saúde Hapvida.

O currículo foi encaminhado pela presidência da República ao Senado no processo de sabatina e é uma das referências dos senadores para avaliação do nome. A revelação do **Estado** provocou uma série de manifestações de órgãos de defesa do consumidor que pediram a saída de Elano. É a primeira vez que um diretor da ANS deixa o cargo sob questionamentos éticos.

O **Estado** também revelou que Elano assinou dezenas de ações em defesa da Hapvida, quando trabalhou para a empresa com carteira assinada, contra a ANS. Ele havia justificado que não incluiu o trabalho para a operadora porque apenas advogou para a empresa, mas o **Estado** revelou que ele foi diretor, com carteira assinada.

O ESTADO DE S. PAULO

SÁBADO, 3 DE AGOSTO DE 2013 | Metrópo

## Diretor da ANS omite que já foi de operadora

Aprovado pelo Senado, ele deixou de informar que atuou na área jurídica de empresa de saúde

Andreza Matais  
Fábio Fabrini / BRASÍLIA

O novo diretor da Agência Nacional de Saúde (ANS), Elano Figueiredo, que tomou posse

ontem, omitiu do currículo enviado ao Senado o fato de ter sido representante jurídico da operadora de saúde Hapvida, que atua na Região Nordeste. A indicação foi aprovada

na Câmara seis dias após a presidente Dilma Rousseff indicá-lo.

A votação no plenário ocorreu em caráter de urgência no mesmo dia em que Figueiredo foi sabatinado, antes de os senadores entrarem em recesso, em julho.

A senadora Ana Amélia (PPB), relatora da sabatina no Comitê de Assuntos Sociais, enfatizou o currículo de Figueiredo para convencer os colegas pela aprovação do diretor. "Chamo a atenção novamente para este aspecto do currículo do indicado", afirmou ao citar que "o indicado foi um dos responsáveis pela criação do Portal da ANS".

A assessoria da senadora informou ontem que o currículo do indicado foi encaminhado para ela dois dias antes da sab

tina e que ela não teve tempo hábil para buiscar mais informações. Como relatora, poderia ter solicitado mais prazo para análise da indicação.

Por meio da assessoria da ANS, Figueiredo negou ter atuado como advogado jurídico da Hapvida e justificou não ter citado o nome da operadora por sigilo profissional. "Os clientes do escritório de advocacia onde atuei não podem ser nomeados, nem eu, sem expressa autorização de todos, em vista do compromisso de sigilo profissional imposto tanto pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, como pelo Código de Ética Profissional, que regem as atividades do advogado." O processo em que atuou, porém, não público. Figueiredo não esclareceu se a Hapvida pediu para não ser mencionada.

Em nota, Figueiredo disse que trabalhou como assessor em direito regulatório, direito empresarial e direito do consumidor no escritório Figueiredo

### PORTAGIRATÓRIA

#### ● O que diz a lei

A legislação não impede que funcionários de planos de saúde exerçam cargos na Agência Nacional de Saúde (ANS), mas parlamentares têm feito críticas à chamada "porta giratória", em que funcionários deixam operadoras para trabalhar na ANS e depois retornam ao setor privado. Assédios também vêm contra a

Advogados. No curto do Senado, afirmava "gentio de deputados e estrat

cas, na área de saud

Em artigo publicado na revista da Escola da Magistratura do Ce

redor assinado como de

Reprodução



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em nota divulgada nesta quinta, Elano afirma que a decisão da comissão de ética foi "equivocada" e que não apontou conflito de interesse, mesmo assim pediu sua destituição. A comissão ainda não divulgou oficialmente sua determinação. O pedido de análise do caso pela comissão foi determinado pela presidente Dilma Rousseff logo após a revelação do fato pelo **Estado**. Leia a nota do diretor:

ELANO RODRIGUES DE FIGUEIREDO, brasileiro, casado, vem muito respeitosamente expor e requerer o seguinte:

1. Fui nomeado, por Vossa Excelência, Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, cargo no qual tomei posse em 02/08/2013.
2. Na data de hoje, a Comissão de Ética dessa Digna Presidência da República entendeu, equivocadamente, que deveria recomendar a minha destituição do cargo em alusão, ainda que reconhecendo não haver conflito de interesses na minha situação.
3. Com isto, mesmo convicto de que não pratiquei nenhuma irregularidade, seja ética, moral ou legal, penso que o referido pronunciamento torna insustentável a continuidade do cumprimento do meu mandato.
4. Sirvo-me da presente, portanto, para agradecer a confiança depositada mas, diante do fato, renunciar ao mandato que me foi conferido por Vossa Excelência, pedindo que determine as providências legais cabíveis.

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2013.

Elano Rodrigues de Figueiredo"

<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,omissao-no-curriculo-derruba-diretor-da-ans-.1081558.0.htm>

Omissão no currículo derruba diretor da ANS

Elano Rodrigues de Figueiredo é destituído da ANS

BRASÍLIA - O diretor da ANS (Agência Nacional de Saúde), Elano Figueiredo, pediu exoneração do cargo nesta quinta-feira, 3, após a Comissão de Ética Pública da Presidência da República recomendar sua destituição. O processo foi aberto com base em reportagem do **Estado** que revelou no dia 3 de agosto, um dia depois de ele tomar posse, que ele omitiu do currículo público ter trabalhado para a operadora de saúde Hopelab.

Veja também:

- Diretor da ANS admite que já foi operadora
- Crise faz governo trocar cargos na ANS
- Diretor da ANS será exaltado de novo por Comissão de Ética
- Adregado: assim vai as ações contra agência e governo

O currículo foi encaminhado pela presidência da República ao Senado no processo de adubação e é uma das referências dos senadores para avaliação do nome. A revelação do **Estado** provocou uma série de manifestações de orgulho de dentro do comitê que pediram a saída de Elano. É a primeira vez que um diretor da ANS deixa